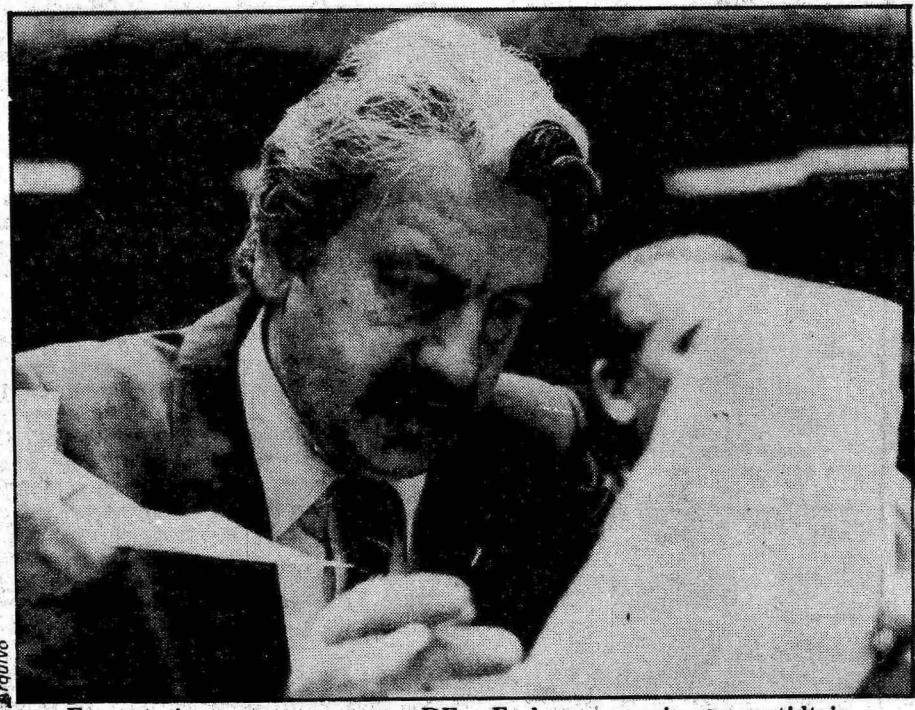


# Eleição no DF depende de apoio de dissidentes do PDS

Área Octogonal



Arquivo

Fruet (acima) quer o voto no DF e Furlan a organização partidária



Arquivo

## Voto beneficiaria 500 mil

Faltando apenas cinco dias para a votação da emenda constitucional do deputado Maurício Fruet, tudo parece indicar que ainda não será desta vez que os 500 mil eleitores brasilienses conquistarão o direito ao voto.

Além de ser considerada por muitos parlamentares como muito ambiciosa, por tentar solucionar a questão da representação política do Distrito Federal, juntamente com o problemas da autonomia para os municípios de segurança nacional, as capitais de Estado e estâncias hidrominerais, a emenda de Fruet poderá não contar com os votos necessários para sua aprovação.

O presidente do PMDB-DF, Maerle Ferreira Lima, sustenta, porém, que o Governo não tem nenhuma condição de manter por muito tempo o Distrito Federal excluído da Nação. Um de seus argumentos é o fato de que países vizinhos e democráticos, como os Estados Unidos, o México e a Venezuela

têm representação política, apesar de diferenciadas, para seus distritos federais. "Até hoje", comenta Maerle, "não se tem notícia de que o poder central instalado nas capitais desses países tenham sofrido as influências nefastas advindas da participação política de suas populações".

O que há, na verdade, segundo Maerle, é um profundo desconhecimento e ignorância por parte de determinados políticos, que não têm, honestamente, capacidade para desempenhar as funções que ocupam".

A proposta que seu partido defende para Brasília é muito semelhante à que existe em Washington, Cidade do México, e Caracas. Maerle, informou que seu partido analisou os três casos e decidiu propor, para esta etapa, uma representação a nível de Assembléia Legislativa, Câmara e Senado, embora defendam as eleições diretas para todos os níveis.

O apoio de diversos parlamentares do PDS, que se dispuseram a votar contra a orientação de sua liderança, é o principal trunfo com que conta o deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) para ver aprovada sua emenda, no dia 26. Além da representação política para o Distrito Federal, a emenda propõe a autonomia municipal para as capitais estaduais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de segurança nacional, que têm atualmente seus prefeitos nomeados pelo Presidente da República.

Na última semana de preparação da votação, o PMDB vem realizando um esforço concentrado, no sentido de trazer a Brasília o maior número possível de parlamentares, além do trabalho de contatos com colegas do partido do governo, que deverão decidir, pela sétima vez, o destino político da capital. Como serão necessários 211 votos favoráveis, o PMDB precisará contar com o apoio mínimo de 13 dissidentes do PDS, cuja liderança deverá ter uma posição contrária à emenda, seguindo orientação do Palácio do Planalto.

Maurício Fruet está otimista e afirma contar com apoio secreto de nove deputados pedetistas: "tudo o que poderia ser feito já foi realizado e agora só nos resta contar com a sensibilidade de alguns parlamentares do PDS, que decidirão se Brasília terá ou não sua representação política prorrogada".

### PROVIDENCIAS

Nesta semana, a liderança do PMDB já enviou telegramas a todos os seus parlamentares, enfatizando a necessidade de estarem no plenário às 11 horas do próximo dia 26, terça-feira. Além disso, telegramas foram enviados a todos os presidentes municipais de partidos, nos locais que se beneficiarão com a aprovação da emenda: capitais, municípios de segurança nacional e estâncias hidrominerais. Aos membros do PDS, nesses municípios Fruet solicita que façam esforços a partir das bases, no sentido de que seja sensibilizada a bancada do Governo.

Em Brasília, o PMDB local vem concentrando seus esforços na realização do Ato Público do Gama, no próximo domingo, levando caravanas de parlamentares e participantes do movimento pró-voto no DF.

### GOIANOS APOIAM

Os parlamentares goianos, tanto da situação como da oposição, têm demonstrado apoio à luta pela representação política da capital Federal, permitindo a eleição de uma Assembléia Legislativa e representantes na Câmara e no Senado. A nível da oposição, os irmãos Santillo sempre foram empenhados na causa. No PDS, o deputado Siqueira Campos declarou-se favorável, embora dificilmente se rebete contra a orientação do partido. O senador José Caixeta, embora não participe dessa votação na Câmara, afirmou que daria voto favorável, caso o projeto fosse aprovado e levado ao Senado. Da mesma forma o deputado Anísio de Sousa, que afirmou: "Sou favorável às eleições. Se existem 500 mil eleitores, é justo que queiram exercitar esse direito".

O senador José Caixeta tem outra explicação para apoiar a representação política para o DF. Segundo ele, já é tão grande o número de eleitores do município de Luziânia residentes no DF, que tem provocado um verdadeiro desequilíbrio político: "ansiosos por votar, centenas de brasilienses transferem seus títulos para Luziânia e lá comparecem em dia de eleição, canalizando votos ideológicos, já definidos, sem nenhuma identidade com os candidatos da região".

## Furlan: Planalto

### define aprovação

O Senador Amaral Furlan, autor da emenda que proporciona a regulamentação da vida partidária no Distrito Federal, só tem uma explicação para o fato de que seu projeto estar parado na Câmara há dois anos: "deve ser uma orientação vinda do próprio Palácio do Planalto, porque aqui no Congresso já foi inteiramente aprovado".

Essa posição de acatamento do sinal vermelho do Planalto, segundo Furlan, reflete porém uma deficiência política do partido governista: "hoje, no DF, os partidos de oposição estão muito mais avançados que o PDS". Prova disso é o fato de que o PT e o PMDB já têm diretórios organizados em todas as cidades-satélites, enquanto o PDS continua filiando seus membros residentes na capital ao Diretório Nacional.

### PRIMEIRO PASSO

Para o senador paulista, a organização e regulamentação dos partidos é o primeiro passo para a conquista da Representação Política: "com os partidos organizados, a luta será conduzida por eles mesmos, de forma organizada e com maior poder de pressão".

Além disso, argumenta, "a função do partido não é exclusivamente parlamentar, como apregoam por aí. É preciso divulgar os programas e as doutrinas, para que o morador de Brasília, mesmo votando em outro Estado, tenha condições de fazer uma opção consciente".